

Estado do Rio Grande do Sul MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL Nº 5653, DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

ESTABELECE E DESIGNA VERBA DENOMINADA COMO - PARCELA AUTÔNOMA II - E REGULAMENTA REGRA DE TRANSIÇÃO ESPECÍFICA PARA INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO AOS VENCIMENTOS OU REMUNERAÇÃO.

GUILHERME RECH PASIN, Prefeito Municipal de Bento

Gonçalves,

Faço saber que a Câmara Municipal de Bento Gonçalves, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art. 1º Estabelece a percepção de benefício designado como "PARCELA AUTÔNOMA – II", correspondendo ao valor equivalente em 40% da gratificação especial já incorporada conforme dispõe o art. 3º, da Lei Municipal nº 3.082, de 15 de março de 2001, a qual passa a integrar os vencimentos para todos os fins legais.

§ 1º Para fixação da PARCELA AUTÔNOMA – II, de que trata o caput deste artigo será considerado o valor estabelecido para a Gratificação Especial do art. 51, da LCM nº 75, de 22 de dezembro de 2004.

§ 2º O valor acima fixado como PARCELA AUTÔNOMA – II, será reajustada na mesma data e nos mesmos moldes dos reajustes dados ao funcionalismo público municipal.

Art. 2º A contagem do prazo excedente não utilizado para a fixação da Parcela Autônoma do art. 1º, desta lei, registrado no transcurso da vigência da Lei Municipal nº 3.082, de 15 de março de 2001 e da Lei Complementar Municipal nº 75, de 22 de dezembro de 2004, será computado especificamente para fins de integração aos vencimentos da primeira incorporação (20% no primeiro ano) da Função Gratificada de Assessoria aos vencimentos, na forma do art. 4º, da Lei Complementar nº 89, de 31 de outubro de 2005, bem como para as incorporações subsequentes à primeira.

Art. 3º O período de tempo transcorrido anteriormente a data de vigência da Lei Municipal nº 3.082, de 15 de março de 2001, no qual o servidor tenha percebido a Função Gratificada de Direção, Chefia ou Assessoramento, condição esta devidamente certificada, será considerado exclusivamente para fins de incorporação aos vencimentos dos valores atribuídos pela Lei Complementar



Estado do Rio Grande do Sul MUNICIPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

Municipal nº 89, de 31 de outubro de 2005, até o limite de 100% da Função Gratificada de Assessoria da referida lei.

§ 1º O dispositivo disciplinado pelo 'caput' do art. 3º, da presente lei, será aplicado exclusivamente aos servidores efetivos que tenham percebido alternativamente: gratificação especial na forma da L.M. nº 3.082, de 15 de março de 2001; gratificação especial de assessoria na forma do art. 51 da LCM nº 75, de 22 de dezembro de 2004 e função gratificada de assessoria técnica na forma da LCM nº 89 de 31 de outubro de 2005.

§ 2º O valor da Função Gratificada incorporada aos vencimentos, na forma do art. 2º e art. 3º, desta lei, será reajustado na mesma data e nos mesmos moldes dos reajustes dados ao funcionalismo público municipal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a data de 01 de novembro de 2005.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO

GONÇALVES, aos dois dias do mês de setembro de dois mil e treze.

Registre-se e/Publique-se.

Sidgrei A. Machado Spassini Procurador-Geral do Município GUILHERME RECH PASIN

Prefeito Municipal

gistrado (a) às fis.

auplicado (a)